

Parecer anexou carta aos amigos

Um dos documentos anexados ao parecer da procuradora é a carta assinada pelo presidente da Câmara Legislativa, deputado Salviano Guimarães (PDT), em que comunica "aos amigos de Planaltina" a promulgação da lei. Autor do projeto que definia as áreas urbanas, suburbanas e rurais da região administrativa de Planaltina, Salviano até hoje é acusado por deputados da oposição de ter beneficiado, com a aprovação da lei, vários condomínios de propriedade de seus familiares.

O parecer não apresenta provas neste sentido. Embora quatro dos condomínios citados como irregulares no texto encaminhado à

Procuradoria tragam como "responsáveis pelo empreendimento" parentes do deputado. Indignado com o teor das acusações feitas em plenário pelo deputado Carlos Alberto, na última terça-feira, o presidente da Câmara admitiu que todos os nomes citados são seus parentes, "que eram donos dos loteamentos antes da promulgação da lei".

Natural

Deputados que na época da apreciação do texto votaram pela aprovação consideram natural que o GDF entre com uma ação. "É um direito do governador. Se a lei fere princípios constitucionais, deve ser analisado", sustenta Gilson Araújo

jo (PTR). O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Peniel Pacheco (sem partido) ficou surpreso com a decisão do governo, mas salienta que "a iniciativa é legal".

O distrital Maurílio Silva (PTR) defende a mesma posição. Aprovado por 21 votos a 3, o projeto causou muita polêmica extra-plenário. Contudo, foi apreciado com rapidez. Isto porque os petistas que eram inicialmente contra a proposta decidiram apoiá-la ao fecharem acordo pela fixação de uma vila incluída no projeto. Só votaram contra os deputados Carlos Alberto Torres (PPS), Maria de Lourdes Abadia (PSDB) e José Ornellas (PL).